



**RELATÓRIO E PARECER DA UNIDADE CENTRAL DE
CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS DO
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
EXERCÍCIO DE 2017.**

A Unidade Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de São Martinho – RS, instituída pela Lei Municipal nº 1547/2001, de 31 de dezembro de 2001, atualizada pela Lei Municipal nº 2471/2012, de 19 de junho de 2012 e regulamentada pelo Decreto nº 061/2012, na condição de Técnica de Controle Interno, nomeada pela Portaria Municipal nº 147/2003, de 02 de junho de 2003, em conformidade com o previsto no artigo 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000 e nos termos do disposto na Resolução nº 1052/2015, de 09 de dezembro de 2015, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, apresenta, na forma do abaixo disposto, o Relatório e Parecer sobre as Contas do Poder Executivo Municipal referente ao Exercício Econômico e Financeiro de 2017.

I – METODOLOGIA UTILIZADA PELO CONTROLE INTERNO

Durante o exercício de 2017, esta UCCI desenvolveu suas atividades principalmente através da orientação e prestação de informações objetivando o pleno atendimento das normas legais. Atuou principalmente através da sistemática de informar e fazer recomendações administrativas através de relatórios, visando sanar inconformidades ou deficiências administrativas detectadas. Utilizou-se de instrumentos próprios de controle para acompanhar a gestão do Executivo Municipal durante o período em análise, através do método



por amostragem. Também realizou Auditorias/Supervisões e produziu Relatórios e Pareceres.

II – ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO

1 – Operação de Crédito

O Município não realizou Operação de Crédito no exercício econômico e financeiro de 2017. Para fins de verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, bem como do artigo 167, inciso III da Constituição Federal elaboramos o seguinte quadro demonstrativo:

Operações de Crédito	Valor R\$	% s/ RCL
Receita Corrente Líquida (RCL)	19.095.909,19	
Montante das Operações de Crédito	0,00	0,00%
Limite de alerta cfe. art. 59, §1º, III da LRF	2.749.810,92	14,40%
Limite legal cfe. art. 7º da Resolução 43/2001	3.055.345,47	16,00%

Fonte: RGF 2017 - Modelo 9

Verifica-se pelo acima exposto que o Município atendeu o disposto na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

2 – Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária

O Município também não realizou Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, no exercício econômico e financeiro de 2017.

**3 – Restos a Pagar e Disponibilidade Financeira**

	Recurso	Disponibilidade	Restos a Pagar (Processados e Não Processados)	Saldo
1	Livre	1.057.566,85	565.476,82	492.090,03
20	MDE	73.176,99	26.100,76	47.076,23
31	FUNDEB	84.002,91	63.861,52	20.141,39
40	ASPS	51.267,59	46.458,03	4.809,56
50	RPPS	15.225.066,79	53.107,76	15.171.959,03
1010	Salário Educação	69.103,40	21.746,81	47.356,59
1030	Merenda Escolar Rec. Fed.	8,60	2,18	6,42
1060	Transporte Escolar Rec. Estadual	20.433,87	20.426,82	7,05
1320	Ser. Conviv. Fortalec. de Vínculos – SCFV	84.278,87	1.671,90	82.606,97
1530	PAIF – Programa de Apoio a Famílias	45.412,18	441,04	44.971,14
1680	Calçamento e Asfalto	27.087,04	20.000,00	7.087,04
1700	Centros Sociais Comunit. e Centro do Idoso	61.118,64	50.000,00	11.118,64
1840	FNDE – Aquis. Ônibus rural escolar- Ore 1/2 e Equipam.	14.141,59	1.825,00	12.316,59
4011	Incentivo Atenção Básica – PIES, NAAB, Oficinas Ter.	123.092,39	2.731,02	120.361,37



4050	Farmácia Básica/Diabetes e Fraldas	17.380,71	3.360,50	14.020,21
4510	PAB FIXO/ Requalif. Tele Saúde	2.327,57	9.541,15	(-) 7.213,58
4520	ESF – NASF/Saúde da Família/Saúde na Escola	126.692,36	4.543,61	122.148,75
4521	PMAQ (PAB VARIÁVEL)	133.864,89	33.905,47	99.959,42
4530	PACS – Agentes Com. de Saúde	10.442,77	2.555,01	7.887,76
4610	Laboratório Prótese Dentária – Mac Federal	154.076,60	17.000,00	137.076,60
4770	Farmácia Básica Fixa – Federal	6.786,06	1.026,90	5.759,16
	Outros Recursos Vinculados	611.235,81		611.235,81
TOTAL		17.998.564,48	945.782,30	17.052.782,18

Fonte: PAD 2017.

Em relação aos Restos a Pagar Processados e Não Processados com as disponibilidades por recursos vinculados, verificou-se que houve insuficiência financeira no Recurso 4510 – PAB FIXO/Requalif. Tele Saúde no valor de **R\$ 7.213,58** (sete mil, duzentos e treze reais e cinquenta e oito centavos). Desta forma, houve Restos a Pagar com insuficiência financeira, em desatendimento ao artigo 1º da LC nº 101/2000, sendo que não houve equilíbrio financeiro das contas neste exercício.

2



4 – Despesa com Pessoal

Em relação à despesa total com pessoal, cabem as seguintes considerações:

Receita Corrente Líquida (RCL)	19.095.909,19
Despesa com Pessoal nos últimos 12 meses	9.034.293,98 = 47,31%
Limite de alerta – artigo 59, §1º, II da LRF	9.280.611,86 = 48,60%
Limite prudencial – artigo 22, § único da LRF	9.796.201,41 = 51,30%
Limite Legal – LRF, alínea “b” do Inciso III artigo 20	10.311.790,96 = 54,00%

Fonte: RGF 2017 - Modelo 9.

As despesas com pessoal do Poder Executivo representaram **47,31%** da Receita Corrente Líquida, portanto, se manteve dentro dos limites estabelecidos nos artigos 18 a 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000.

5 – Dívida Consolidada

A dívida consolidada líquida do Município apresentou a seguinte posição em 31/12/2017:

Receita Corrente Líquida (RCL)	19.095.909,19
Dívida Consolidada Líquida	0,00 = 0,00%
Limite de emissão de alerta cfe. art. 59, § 1º, III da LRF	20.623.581,93 = 108%
Limite legal cfe. art. 3º, II da Resolução 40/2001	22.915.091,03 = 120%

Fonte: RGF 2017 - Modelo 9.

Conforme o acima exposto, o Município atendeu os limites estabelecidos pela Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do artigo 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE/RS.

2



6 – Alienação de Bens

No exercício econômico e financeiro de 2017 não houve alienação de bens integrantes do Ativo Permanente.

7 – Execução Orçamentária

A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados, sendo autorizados os seguintes créditos especiais:

Despesa Fixada		21.240.783,00
Créditos Suplementares	5.664.283,24	
(-) Reduções	3.003.233,55	
Créditos Especiais	839.982,00	
Subtotal		3.501.031,69
Total da Despesa Autorizada		24.741.814,69

Fonte: PAD 2017.

Em análise da execução do orçamento, verificamos o atendimento das metas principais estabelecidas no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

8 – Inventário

Conforme Ata de encerramento de Inventário de Bens do Poder Executivo de 29/12/2017, da Comissão Permanente do Patrimônio, foi realizado o levantamento físico de todos os bens permanentes. A reavaliação foi efetuada no exercício de 2016, e após isso, iniciou-se a depreciação a qual está sendo realizada mensalmente, sempre no último dia útil de cada mês.

**9 – Demonstrativos Financeiros**

Analisando-se os principais demonstrativos financeiros que compõem o Balanço Geral do Município, como o Balanço Financeiro (anexo 13) e o Balanço Patrimonial (anexo 14), verificaram-se o que segue:

a) Balanço Financeiro:

Saldo do exercício anterior	15.801.384,68
(+) Receita orçamentária realizada	24.083.274,92
(+) Receita extra-orçamentária	3.407.390,03
(-) Despesa orçamentária realizada	22.407.688,96
(-) Despesa extra-orçamentária	2.880.505,29
(=) Saldo das disponibilidades em 31/12 (caixa e bancos)	18.003.855,38

b) Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante	19.136.297,28
Ativo Não Circulante	11.963.529,22
TOTAL ATIVO	31.099.826,50
Passivo Circulante	1.003.594,00
Passivo Não Circulante	13.645.165,84
TOTAL DO PASSIVO	14.648.759,84
Patrimônio Líquido	16.451.066,66
TOTAL	31.099.826,50



III – OBSERVAÇÕES

Conforme o acima exposto, entendemos que os registros e documentos examinados traduzem a execução orçamentária de responsabilidade do Administrador do Executivo Municipal referente o exercício de 2017. Porém cabem algumas ressalvas:

- No final do exercício de 2017, perduravam alguns problemas com lançamentos e conciliações bancárias, sendo alguns de exercícios anteriores onde ocorreram trocas de tesoureiro. Persistem problemas nas contas a seguir:

BANCO	Nº CONTA	ESPECIFICAÇÃO
Banco do Brasil	7648-1	SNA (bloqueio judicial)
Banrisul	04.011734.0-8	FOLHA DE PAGAMENTO
Banrisul	04.113018.0-1	CONSIGNAÇÕES

- As deficiências no controle de materiais permaneceram durante todo período, pois apenas foi constituído o Setor de Compras faltando ainda implantar o Controle de Almoxarifado na Prefeitura Municipal. Desta forma, restou prejudicado o trabalho de verificação e controle de entradas e saídas de materiais e também a implantação do Sistema de Custos no município.

- Também permaneceu durante todo o exercício a deficiência no controle de serviços prestados a particulares, dificultando desta maneira a verificação dos serviços realizados e o pagamento efetuado pelos munícipes.

- As inconsistências em alguns Cargos Comissionados e Funções Gratificadas, no que se refere às atribuições dos mesmos e as atividades realmente desempenhadas, também perduraram todo o exercício.



- Não foi instituída a figura do Fiscal de Contrato nem regulamentada sua atuação junto ao Município, conforme o disposto no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

- Permaneceu em vigor durante todo exercício o Contrato de Prestação de Serviços nº 052/2017, firmado entre o Município de São Martinho e a Empresa Geovane Teresinha Sampaio de Oliveira Eirele – ME, apresentando como objeto contratual ***“Contratação de serviços técnicos profissionais especializados para a prestação de serviços de consultoria, assessoria, prestação de contas de convênios junto ao Governo Federal e Estadual, monitoramento a operacionalização dos sistemas de transferência de recursos(SICONV, FNS/SISMOB, SIMEC/PAR) com o objetivo de captar recursos para realização de obras e serviços e aquisição de equipamentos a população do Município de São Martinho – RS.”*** Cabe ressaltar que esses serviços deveriam ser prestados por servidores do Município, sendo que grande parte são serviços burocráticos. Já em relação à captação de recursos para o Município, os agentes políticos são os responsáveis pela busca e viabilização dos mesmos junto à esfera Estadual e Federal.

- Também permaneceram em vigor durante todo o exercício os contratos com os profissionais médicos sem a realização de Processo Seletivo Simplificado.

Informamos que os dados apresentados neste relatório foram extraídos do PAD (Programa Autenticador de Dados) e do Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites – RGF 2017. Também foram utilizados documentos e relatórios fornecidos pelo Setor de Contabilidade/Tesouraria do Município de São Martinho/RS, os quais se encontram arquivados nesta Unidade Central de Controle Interno.

Cabe informar ainda que o PAD do Executivo foi repassado a esta UCCI, no dia 18/01/2017. Já os balanços Orçamentário (anexo 12), Financeiro



(anexo 13) e Patrimonial (anexo 14) no dia 27/01/2016, portanto tempo insuficiente para fazer as análises necessárias. Mas como o não atendimento do prazo poderá ensejar multa e repercutir negativamente na apreciação das contas do Chefe do Executivo, a Responsável por esta UCCI assinou o RGF, realizou o preenchimento do MCI e emitiu os Pareceres Obrigatórios do Controle Interno, ressaltando-se o direito de posteriormente analisar melhor a documentação e caso necessário corrigir e reenviar estes relatórios e pareceres.

IV – PARECER/ CONCLUSÃO

Conforme análises realizadas nos demonstrativos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Município, salvo melhor juízo, a movimentação financeira e orçamentária relativa ao período analisado foi efetuada de acordo com as normas de controle e princípios fundamentais de contabilidade, incluindo revisões parciais dos registros e documentos contábeis. A consistência dos dados apresentados está de acordo com as operações efetuadas no exercício econômico e financeiro de 2017.

Diante do exposto, o Controle Interno é de parecer que as principais metas previstas no Plano Plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e elencadas na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2017 foram cumpridas de acordo com as disponibilidades financeiras. De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial foi ela observada. Quanto à eficácia da gestão os resultados obtidos foram os previstos nas Leis Orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

Portanto, não foram detectadas irregularidades que possam constituir óbice à sua aprovação, em nossa opinião, os registros e documentos



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO

CNPJ 87.613.097/0001-96

examinados traduzem adequadamente a execução orçamentária do Administrador do Executivo Municipal durante o exercício de 2017, Senhor MARINO KREWER.

É o relatório e parecer.

São Martinho – RS, 30 de janeiro de 2018.

ZENIR STEFFEN WALTER

Técnica de Controle Interno